

Para os Críticos do Fome Zero

José Graziano da Silva

Walter Belik

Maya Takagi¹

<olho>O Projeto Fome Zero, apresentado no último Dia Mundial da Alimentação (16/10/01), tem como objetivo propor uma política nacional participativa de segurança alimentar e combate à fome. Sua elaboração envolveu alguns dos principais especialistas no tema, além de movimentos sociais e ONGs, nos diversos seminários e debates realizados ao longo de um ano de elaboração.²

Este tem sido reconhecido por entidades nacionais e internacionais como uma importante iniciativa da sociedade civil, ao levantar alternativas concretas para combater o flagelo da fome no país.

<tt> Ao contrário dos dados divulgados por técnicos ligados ao governo federal, demonstrou-se que houve um aumento dos níveis de pobreza e vulnerabilidade à fome no período de 1995 a 1999, especialmente nas áreas metropolitanas, fruto especialmente do desemprego e dos baixos níveis salariais. Assim, embora a pobreza esteja fortemente concentrada no Nordeste (50% dos pobres estão nos estados que compõem a região), ela tem crescido em quase todas as regiões metropolitanas (a uma taxa de 5% ao ano no período 1995/99) e ainda mais na Grande São Paulo (9,2% ao ano) e RM de Porto Alegre (7,8% a.a.)³.

¹ Coordenadores técnicos do Projeto Fome Zero. José Graziano da Silva é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp; Walter Belik é professor livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp e Maya Takagi é doutoranda do Instituto de Economia da Unicamp.

² Os interessados podem fazer *download* das versões completa e resumida do projeto na página do Instituto Cidadania (www.icidadania.org.br).

³ Conforme Del Grossi, Graziano da Silva e Takagi (2001).

Calculamos que existiam no Brasil, segundo dados básicos da PNAD-IBGE de 1999, 44 milhões de pessoas muito pobres, que ganham menos que um dólar por dia, correspondendo a 9,3 milhões de famílias com uma renda de cerca de R\$ 180,00 por mês, que foram consideradas o público potencial beneficiário das propostas do projeto.

Constatou-se, ainda, que:

- a) o problema da fome, hoje, não é de falta de produção de alimentos, mas da falta de renda para adquiri-los em quantidade permanente e qualidade adequada. As estimativas da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - mostram que o Brasil tem uma disponibilidade *per capita* de alimentos equivalente a 2960 kcal/dia, bastante acima do mínimo recomendado de 1900 kcal. O problema é que o consumo de alimentos é uma função da renda das famílias; e como a renda está muito mal distribuída, uma parte importante da população não tem acesso aos alimentos nem mesmo na quantidade mínima necessária para garantir a sobrevivência. Há no Brasil hoje uma grande parcela de subnutridos com um consumo médio de 1650 kcal/pessoa/dia, de tal forma que estamos classificados pela FAO na categoria 3 (de 1 a 5 para proporções crescentes de subnutridos) juntamente com países como a Nigéria, Paraguai e Colômbia.
- b) existe um círculo vicioso da fome, difícil de ser superado apenas com políticas compensatórias de doação de alimentos, como tradicionalmente tem se feito (cestas básicas, por exemplo). Este círculo é retroalimentado, por um lado, pelos problemas estruturais do país, de falta de emprego, salários baixos e concentração de renda; por outro, pela falta de políticas agrícolas e aumentos dos preços dos alimentos.

Neste quadro, verificou-se que as políticas alimentares foram sendo desmontadas ao longo da década de 90 e não há um programa no país que englobe ações diretas de combate à fome. As políticas hoje existentes encontram-se fragmentadas em várias ações, predominantemente com caráter localizado, e pautam-se, fundamentalmente, pela transferência de pequenos valores monetários (“bolsa-esmola”) que são insuficientes para alterar o quadro de miséria e desnutrição. Exemplos disso são os diversos programas lançados pelo governo federal: programa da seca, bolsa-escola, erradicação do trabalho infantil, bolsa-renda, bolsa- alimentação.

O Projeto Fome Zero entende que a questão da fome no país tem três dimensões fundamentais: de um lado, a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora; de outro, a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população; e a terceira e não menos importante: a fome daquela parcela da população pobre excluída do mercado de alimentos, muitos dos quais trabalhadores desempregados ou subempregados, idosos, crianças e outros grupos carentes que necessitam de um atendimento emergencial.

Por isso é que a proposta do Fome Zero envolve três grandes eixos simultâneos: ampliação da demanda efetiva de alimentos, barateamento do preço dos alimentos e programas emergenciais para atender a parcela da população excluída do mercado. Mas o equacionamento definitivo da questão da fome no Brasil exige um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda de modo a recuperar o mercado interno com geração de empregos, melhoria dos salários e recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo

- que funciona como uma espécie de "farol" para as rendas dos segmentos mais pobres da população.

É fundamental entender que a segurança alimentar de um país vai além da superação da pobreza e da fome. O círculo vicioso que liga a pobreza e a fome é difícil de ser superado apenas com políticas compensatórias de doações de alimentos através de cestas básicas ou de transferências de renda, como os programas de renda mínima-bolsa escola, como vem sendo feito há alguns anos. É necessário associar o objetivo da política de segurança alimentar com estratégias de desenvolvimento econômico e social que garantam a equidade e inclusão social.

Algumas políticas podem ajudar a caminhar nesse sentido como os programas ampliados e reforçados de renda-mínima e bolsa-escola, o incentivo à agricultura familiar, a Previdência Social universal, a intensificação da reforma agrária e uma política de crescimento que permita gerar mais e melhores empregos. Mas temos que ter também políticas específicas para o combate à fome, como um programa de cupons de alimentação em substituição às cestas básicas, um programa de combate à desnutrição materno-infantil, a ampliação da merenda escolar e do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, entre outros. Finalmente, torna-se necessário desencadear políticas locais diferenciadas segundo a localização das populações necessitadas. Nas áreas rurais, por exemplo, é preciso apoiar a produção de alimentos, mesmo que seja apenas para autoconsumo. Já nas metrópoles tem-se que ampliar o atendimento dos restaurantes populares, os bancos de alimentos e realizar parcerias com os varejistas para a comercialização de produtos de época e estimular o consumo da produção regional.

Estas são as idéias básicas do projeto, que naturalmente não substituem o conteúdo das 128 páginas que contém inúmeras avaliações de políticas e experiências bem sucedidas no Brasil e em outros países.

Apesar deste caráter de construção permanente e participativa, o projeto sofreu inúmeras tentativas de desqualificação, motivadas por duas causas principais: desconhecimento do seu conteúdo no estilo “não leu e não gostou”, já que muitas críticas pautaram-se pelas manchetes de jornal, claramente enviesadas; e motivos políticos, visando atingir seu principal inspirador, que é Lula.

Apesar dessas tentativas de desqualificação, julgamos que o projeto atingiu seus objetivos. Primeiro, conseguimos recolocar o problema da fome (e da falta de políticas para combatê-la) na pauta nacional. O impacto do projeto no noticiário foi grande e permitiu reiniciar uma mobilização da sociedade sobre o tema. Segundo, o governo federal foi obrigado, também pela opinião pública, a apresentar respostas à sociedade e à população faminta. Como resultado tivemos a ampliação dos programas do tipo renda mínima para a população entre 15 e 60 anos, que estariam excluídas dos programas federais de transferência de renda e a aprovação, no dia seguinte ao lançamento do Projeto Fome Zero, do Fundo de Combate à Pobreza, defendido pelos colaboradores como principal fonte de financiamento para o combate à fome. Por fim, e não menos importante, verificou-se uma enorme aceitação do projeto, com dezenas de convites para efetuar lançamentos e debatê-los publicamente. Algumas prefeituras, como Santo André/SP, Campinas/SP e Ponta Grossa/PR, Embu/SP, já concretizaram iniciativas para implantar parte das propostas contidas no Fome Zero.

O objetivo deste artigo é sistematizar os principais pontos questionados após o lançamento do Projeto Fome Zero, visando levantar as bases para a continuidade do debate. Os temas abordados são quatro: 1) políticas de combate à fome e à pobreza; 2) a metodologia adotada; 3) os “custos” do projeto; 4) a falsa dicotomia cupons x renda mínima.

<it> Políticas de Combate à Fome e à Pobreza

Quais as propostas existentes hoje para combater a fome e a pobreza no país? Um divisor de águas ficou bastante claro. Por um lado, há uma visão que defende que hoje há recursos e políticas suficientes e o problema é “focalizar melhor os pobres”. Para seus defensores, os recursos dos programas sociais não chegam aos realmente necessitados de forma eficiente. Daí decorre a substituição de diversas políticas (como aquelas ligadas à distribuição de alimentos, por exemplo o fornecimento de leite e cestas básicas) por uma complementação de renda. Esta é a proposta subjacente às políticas do atual governo, defendida por pesquisadores ligados ao IPEA e ao Banco Mundial.

A diferença com a proposta apresentada pelo Fome Zero é completa, como já tivemos oportunidade de destacar. Deste lado estão as propostas de políticas específicas de ajuda alimentar associadas a políticas estruturais como de geração de renda e emprego, reforma agrária, políticas de apoio à agricultura familiar, aumento do salário mínimo e ampliação da previdência social, por exemplo. Para seus defensores, políticas diretas de segurança alimentar e combate à fome devem ser adotadas de forma que estas forneçam os meios básicos para a sobrevivência das famílias sem condições econômicas, mas, ao mesmo tempo, criem mecanismos dinâmicos em outras áreas da economia, como a produção e a distribuição de alimentos, servindo, também, como mecanismos educativos para libertação da dependência destas políticas específicas.

Na nossa opinião, limitar-se a políticas emergenciais ou assistenciais sem considerar as causas estruturais da fome e da miséria, como o desemprego, o baixo nível de renda e a sua altíssima concentração, fará apenas com que se perpetue o problema e a necessidade dessas políticas assistenciais.

Uma política de tal magnitude, necessária para que se supere a condição de país subcidadão, necessita sim de recursos, pois esta proposta atinge todas as

peças e dinamiza a economia e a produção de alimentos ao mesmo tempo que faz a comida chegar à mesa das pessoas sem impactos inflacionários.

Embora necessite de uma política específica, o combate à fome não pode ser baseado em ações salvadoras. Em todos os países cujos casos foram apresentados no Seminário Internacional realizado na Unicamp em abril passado - Canadá, Estados Unidos e México - as políticas de combate à fome fazem parte de um conjunto mais amplo de instrumentos que formam uma rede de seguridade social e dão sustentação às diversas situações de vulnerabilidade. Ou seja, a fome é apenas uma das várias inseguranças a que estão submetidas as famílias pobres. Isto nos remete a uma imagem de "cebola": várias camadas de seguridade que se superpõe para combater a pobreza: o seguro desemprego, a Previdência por idade, a bolsa-escola para garantir a educação, as políticas de atendimento gratuito à saúde, etc.

<it> A metodologia

Outra crítica ao Projeto Fome Zero foi seu suposto “erro” no cálculo do número de pobres. No início dos trabalhos constatamos que não há, no Brasil, estatísticas consensuais sobre o número de pessoas que “passam fome”.

Frente à ausência de pesquisas diretas⁴ mais recentes, de abrangência nacional, diversos pesquisadores têm procurado inferir a população carente através de métodos indiretos, principalmente através da renda. A partir de um amplo levantamento das últimas pesquisas⁵ constatamos que não há uma estimativa comum mesmo quando fundada na mesma fonte de dados e em métodos similares. Os resultados discrepantes devem-se a diferenças nos critérios adotados até chegar à definição da população indigente e pobre.

⁴ Entre as pesquisas diretas consagradas mais recentes, pode-se citar os dados de Monteiro (1995 e 1997), que mede a proporção de crianças desnutridas e a proporção de adultos com baixa reserva energética.

⁵ Peliano, 1993, Hoffmann 1995 e 2001, Banco Mundial, 2000, Rocha, 1996, 1997, 2000^a e 2000b, Cepal, 1989, Ferreira, Lanjouw e Néri, 2000, Camargo e Ferreira, 2001, Árias, 1999^a e 1999b, Garcia, 2001. Ver, a respeito, Takagi, Graziano da Silva e Del Grossi, 2001.

Isto explica a profusão de números existentes: são 30 milhões, como dizia o *Mapa da Fome*, em 1993; 50 milhões, como dizem os números da FGV⁶; 54 milhões, como diz o último estudo do IPEA; ou 44 milhões, como diz o Fome Zero? Qual número está correto? Todos e nenhum deles, porque dependem dos critérios adotados em cada pesquisa.

No Projeto Fome Zero buscou-se aperfeiçoar as metodologias existentes. Para isso, elaboramos dois textos metodológicos que estão disponíveis na página eletrônica do Instituto de Economia da Unicamp⁷, onde explicamos passo a passo a construção da linha de pobreza adotada, deixando claro que não adotamos a mesma metodologia do Banco Mundial; apenas tomamos emprestado o “corte” de um dólar por dia para definir a linha de pobreza nas áreas rurais do Nordeste, a região mais pobre do país. Mas para definir a linha de pobreza não adotamos a fictícia moeda do dólar PPP (paridade do poder de compra) do Banco Mundial e sim a média do dólar comercial em setembro da data de referência da PNAD de 1999. Vale ressaltar que a PPP é um indicador de equivalência teórico feito para comparar o PIB dos diversos países e não para fazer comparações internacionais de pobreza⁸.

Na verdade, os pesquisadores envolvidos no Projeto Fome Zero buscaram uma metodologia que permitisse corrigir as duas principais limitações apontadas pelo próprio Banco Mundial, A primeira refere-se ao fato de que uma só linha de pobreza não considera diferenças regionais de custo de vida entre áreas urbanas e

⁶ Ver Mapa do Fim da Fome: www.fgv.br/cps

⁷ Takagi, Graziano da Silva e Del Grossi (2001): (Texto para Discussão n. 101 da Unicamp, e Del Grossi, Graziano da Silva e Takagi (2001) (Texto para Discussão n. 104 da Unicamp) - *download* pela página www.eco.unicamp.br)

⁸ A própria nota técnica do Banco Mundial (World Development Indicators, 2000, pg 65) ressalta que “PPP rates were designed not for making international poverty comparisons but for comparing aggregates from national accounts. As a result there is no certainty that an international poverty line measures the same degree of need or deprivation across countries”(Relatório do Banco Mundial, 2000)

rurais e entre regiões de um mesmo país. A segunda é a não consideração de consumo de bens produzidos pela própria família, como a produção para autoconsumo. Estas duas correções foram feitas no Projeto Fome Zero, utilizando-se de dados da PPV (Pesquisa sobre Padrões de Vida) e da PNAD – (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), ambas do IBGE.

Um terceiro aperfeiçoamento metodológico dos números do Projeto Fome Zero diz respeito ao desconto do item de maior peso no orçamento familiar, que é o pagamento de aluguel ou de prestação da casa própria, evitando as distorções de considerar que toda a renda da família estaria disponível para compra de bens de consumo. Esta correção é particularmente importante tendo em vista que os gastos com aluguel e prestação da casa própria são proporcionalmente maiores nas áreas metropolitanas que nas pequenas e médias cidades e nas áreas rurais.

Com todas estas correções chegamos a um número surpreendente: a linha de pobreza média ponderada para o Brasil (R\$68,48 por pessoa), indica a existência de 44 milhões de pessoas que tinham uma renda disponível média de R\$ 38,34 por pessoa ou 9,3 milhões de famílias (que possuem uma média de 4,7 pessoas) com renda de R\$ 181,10. Ou seja, as famílias que tinham uma renda disponível próxima ao valor do salário mínimo em setembro de 1999, data de referência da PNAD, foram consideradas pobres. Não temos dúvidas de dizer que as pessoas dessas famílias não têm uma renda suficiente para garantir a sua segurança alimentar!

<it> Os “custos” do Projeto

Outra crítica levantada foi que o projeto não apontava claramente as fontes de seus recursos. Associada a esta, inflacionou-se o projeto, que foi apontado como tendo um custo total de R\$70 bilhões (6% do PIB), o que levaria o Brasil à falência em 15 dias, segundo o jornal *O Estado de São Paulo* de 21/10/01. O equívoco desse número é evidente: os críticos do Fome Zero somaram todos os valores que

seriam despendidos ao longo de vários anos no combate à fome como se fossem todos gastos de uma só vez, além de superestimarem os números.

Nossas estimativas mostram que somente o programa dos cupons de alimentação custaria cerca de R\$ 20 bilhões se atendesse todo o “estoque atual” de 9,3 milhões de famílias muito pobres em um só ano – cerca de 44 milhões de pessoas. Como a proposta é implantar o programa em quatro anos, o custo médio anual seria da ordem de R\$ 11 bilhões se considerarmos uma redução concomitante nos níveis de pobreza de 50% em um período de dez anos.

Além disso, não procedem as estimativas dos supostos efeitos devastadores do aumento do salário mínimo para US\$ 100, nem da ampliação da cobertura para a Previdência Social fazendo valer, também para as famílias não-agrícolas, os benefícios para pessoas em regime de economia familiar hoje vigentes na Previdência Rural. Nossos cálculos, com base nos *microdados* da PNAD 1999 indicaram a existência de um “estoque” de 2,9 milhões de pessoas com idade para aposentadoria (mulheres acima de 60 anos e homens acima de 65 anos) que não recebem nenhum benefício de órgãos públicos. Mesmo se todo esse “estoque” fosse contemplado no primeiro ano (que não é o que o projeto propõe), o seu custo de incorporação seria de R\$ 6,8 bilhões. Isto representa aproximadamente apenas 0,7% do PIB ou 3,3% do total de recursos arrecadados em 2000 pertencentes à seguridade social. A partir da incorporação desse “estoque”, o saldo do fluxo anual (pessoas que se aposentam menos as que perdem o benefício por morte) não seria muito superior ao acréscimo que já temos hoje.

Com relação à crítica de que a correção do salário mínimo para 100 dólares quebraria as contas do país, temos a registrar que essa correção já foi feita em 1995, vigorando até janeiro de 1999. Foi ela que melhorou sensivelmente os indicadores de pobreza na era do real, apresentados como fruto da estabilização monetária, mas

que na realidade tem tudo a ver com os ganhos do salário mínimo. Aqui também as contas apresentadas no referido artigo d' *O Estado de São Paulo* estão exageradas, pois os benefícios de prestação continuada que estão baseados no salário mínimo não alcançam todos os 20 milhões de pessoas hoje na seguridade social, mas sim 13 milhões de pessoas. Assim, o impacto do aumento do salário mínimo para cem dólares em 16 milhões de pessoas (13 milhões atuais mais o ingresso de 3 milhões do setor informal proposta no Fome Zero) seria de R\$ 11 bilhões se fossem todos atendidos em um ano só. Estes números estão bem distantes dos R\$ 70 bilhões ou 6% do PIB referidos no artigo de capa do *Estado*, o que, supunha-se, quebraria o país em 15 dias⁹.

Mas o ponto fundamental de discordância é que não se pode considerar só as despesas do Projeto Fome Zero sem considerar seus benefícios, ou seja, os efeitos positivos que o combate à fome e à miséria trariam ao país. Por exemplo, o alívio no orçamento da saúde ou ainda os benefícios da expansão da área cultivada com alimentos na geração de empregos e na arrecadação de impostos. Nossas simulações mostram, por exemplo, que o programa dos cupons de alimentos poderia gerar uma contrapartida de cerca de R\$2,5 bilhões por ano na arrecadação de impostos adicionais (ICMS e PIS/Cofins) se incorporássemos ao consumo essas 44 milhões de pessoas pobres existentes no país¹⁰.

⁹ Vale mencionar que, do total de recursos arrecadados pertencentes à seguridade social (cerca de R\$ 200 bilhões em 2000), 20% são desvinculados e desviados para fins de "estabilidade fiscal".

¹⁰ Este cálculo foi efetuado tendo como base a carga tributária sobre a cesta básica estimada de, em média, 14,1% nas regiões metropolitanas do país, com base nos dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) de 1996. Esta carga tributária está subestimada, pois leva em consideração apenas os produtos da cesta básica, que têm, em alguns estados, uma alíquota mais baixa de impostos, sendo as regiões metropolitanas também aquelas que adotam mais benefícios fiscais. Ver Magalhaes, L.C.G et all. *Tributação, Distribuição de Renda e Pobreza: uma análise dos impactos da carga tributária sobre a alimentação nas grandes regiões urbanas brasileiras*. IPEA, Brasília, junho de 2001 (Texto para Discussão 804).

Se considerarmos uma ingestão adicional média de 50% das calorias e proteínas em função da distribuição dos cupons às famílias pobres, a produção atual de arroz e feijão teria que aumentar em mais de 30%. Isso significaria expandir a área cultivada em quase 3 milhões de hectares, gerando mais de 350 mil postos de trabalho na agricultura familiar e aumentando o valor atual da produção agrícola em cerca de R\$ 5 bilhões, que é mais ou menos a metade do custo anual dos cupons previstos no Projeto Fome Zero. Tudo isso foi “esquecido” pelos críticos que contabilizam apenas os custos do Fome Zero e que ainda não entenderam que combater a fome e a miséria é também uma forma de investimento.

Mas vamos supor por hipótese que nenhum desses mecanismos de expansão da demanda propostos no Projeto Fome Zero funcionasse, ou seja, que não houvesse nenhum *feedback* em termos de crescimento, nem de queda da pobreza. De onde seriam tirados os recursos para implantar os programas propostos?

Dizemos claramente no Projeto Fome Zero que é possível remanejar parte dos R\$ 45 bilhões hoje disponíveis no orçamento para os gastos sociais (exceto previdência) o que dá mais de mil reais por ano para cada um dos pobres que contabilizamos. E citamos um exemplo concreto: o Fundo de Combate à Pobreza, estimado em cerca de R\$ 4 bilhões disponíveis anuais. Pois bem, foi divulgado pelo próprio *Estadão*, em 16 de outubro de 2001, que um terço dos R\$ 3,1 bilhões previstos este ano para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza serão destinados pelo Governo Federal para reforçar o ajuste fiscal. Além disso, segundo dados divulgados recentemente pela Unafisco, o Brasil perde cerca de R\$ 4 bilhões ao ano com diversas isenções tributárias, por exemplo, a empresas bancárias e indústrias como bebidas e cigarros. Isso demonstra que a disponibilidade de recursos para combater a fome e a miséria é antes de tudo uma questão de prioridade política.

É essa mesma prioridade que esperamos ter por meio de um compromisso dos governadores em redirecionar para o combate à fome parte dos recursos obtidos com os impostos indiretos incidentes sobre os produtos da cesta básica. Nossas estimativas mostram que esses impostos representam hoje R\$ 9,7 bilhões por ano, ou 0,8% do PIB. Do ponto de vista dos estados, essas receitas variam algo entre 0,8% (São Paulo) e 3,1% (Ceará) do total da arrecadação. O projeto Fome Zero propõe que os governadores retornem parte desses recursos para a população mais pobre

Na verdade, os críticos só se preocupam em perguntar qual o custo do Projeto Fome Zero e qual a fonte dos recursos; mas a pergunta deveria ser outra: quanto custa não combater a fome? A falta de políticas de geração de emprego, saúde e educação tem um custo elevado para o país que vê crescer a violência. Tem também o custo da falta de consumo e da produção de bens, custo para o empregador e diversas outras. Por isso, combater a fome não deve ser considerado apenas um “custo”, mas também um investimento no Brasil.

<it> Cupons de alimentos e renda mínima

Esse é outro falso debate. Os cupons de alimentos propõem-se a substituir o mecanismo tradicional de combate à fome, que é a distribuição de cestas básicas. É falsa a dicotomia: ou renda mínima ou cupons. Considera-se apenas que a transferência de renda isolada não basta para acabar com a fome dada a magnitude que já assumiu o problema no Brasil. Além disso, programas como renda mínima visam a atender famílias com renda muito baixa, que não têm recursos para satisfazer suas necessidades básicas, que vão além da alimentação. Por isso apresenta-se um leque de propostas que engloba políticas visando desde melhorar a distribuição da renda até aumentar a oferta e baratear o custo da alimentação.

Vale a pena insistir nesse ponto: o cupom é um programa complementar, como ocorre em todos os países em que foi implantado, uma vez que se baseia na idéia de subsidiar a renda das famílias mais pobres até um valor que assegure uma alimentação adequada a essas pessoas. Considera-se que suas vantagens são:a) maior gasto em alimentos pelas famílias em relação a programas de fornecimento de renda em dinheiro; b) o seu caráter *contracíclico* e não inflacionário, pois liga o aumento de consumo de alimentos com a produção; c) permite recuperar as políticas de compra institucional por parte das prefeituras; d) o seu caráter complementar, permitindo ser temporário e associado a outros programas como o bolsa-escola, bolsa-alimentação, seguro-desemprego, previdência, programas de formação profissional, prevenção à saúde e à desnutrição, entre outros.

Todos estes pontos apontam para o fato de que o debate e a mobilização levantados com a elaboração do Projeto Fome Zero devem ser permanentes e amplos, como tem sido feito até o momento. Sua implantação não só é viável, como necessária e urgente no país.

Bibliografia

- Árias, Alfonso Rodriguez (1999^a). *Estimativas de indigência e pobreza no Brasil no período 1990-1996. Resumo metodológico e resultados*. Março (mimeo.)
- Árias, Alfonso Rodriguez (1999b). *Indigencia, pobreza y distribución de ingresos em Brasil en la década de los noventa*. Junho (mimeo.)
- Banco Mundial (2000). *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001 – Luta contra a Pobreza*.
- Camargo, José Márcio e Ferreira, Francisco H.G.O (2001). *Benefício social único: uma proposta de reforma da política social no Brasil*, janeiro (mimeo).
- CEPAL (1989). *Brasil: canastas basicas de alimentos y determinacion de las lineas de indigencia y de pobreza*. LC/L 532, dez.
- Del Grossi, M., Graziano da Silva, J. e Takagi, M. *Evolução da pobreza no Brasil – 1995/99*. Campinas, Instituto de Economia, Texto para Discussão no. 104, nov. 2001.
- Ferreira, Francisco H.G.; Lanjouw, Peter e Neri, Marcelo. *A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD and Census data (2000)*. PUC-Rio, Departamento de Economia, Texto para Discussão n. 418, março.

- Garcia, Ronaldo C. *Subsídios para organizar avaliações da ação governamental*. Brasília, IPEA, 2001 (Texto para discussão n. 776).
- Hoffmann, Rodolfo (2001). *A distribuição de renda no Brasil no período 1993-99*. (mimeo.).
- Hoffmann, Rodolfo. “Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.
- Monteiro, Carlos Augusto, Benício, Maria Helena D., Freitas, Isabel Cristina M. de. *Melhoria em indicadores de saúde associados à pobreza no Brasil dos anos 90: descrição, causas e impacto sobre desigualdades regionais*. São Paulo: Nupens/USP, out. 1997 (Série: A trajetória do desenvolvimento social no Brasil n.1/97).
- Monteiro, Carlos Augusto. “A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.9, n.24, 1995.
- Peliano, A.M. (coord.) *O mapa da fome: informações sobre a indigência nos municípios da Federação*. Rio de Janeiro, IPEA, maio de 1993 (Documento de Política, n. 15).
- Rocha, Sônia (1996). *Poverty studies in Brazil – a review*. IPEA, Texto para Discussão no. 398, janeiro.
- Rocha, Sônia. *Do consumo observado à linha de pobreza. Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, ago. 1997.
- Rocha, Sônia (2000^a). *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, abril (Texto para Discussão no. 720).
- Rocha, Sonia (2000^b). *Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?* Setembro, mimeo.
- Takagi, M.; J. Graziano da Silva e M. Del Grossi(2001). *Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Campinas, IE/UNICAMP. (Texto para discussão 101)
- World Development Indicators* (2000). Banco Mundial.